
Uma arena, muitas disputas: uma reconstrução histórica dos debates internacionais que precederam o Informe MacBride^{1 2}

André Luís LOURENÇO³

Juliano Maurício de CARVALHO⁴

Universidade Estadual Paulista (Unesp), São Paulo, SP

RESUMO

O artigo propõe a reconstrução histórica dos encontros e debates internacionais que culminaram na criação da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação, no âmbito da Unesco, cujo relatório final ficaria conhecido como Informe MacBride (1980). Para isso, utilizando Pesquisa e Análise Documental como método e técnica, recorre-se a atas e informes da ONU e da Unesco ao longo da década de 1970, além da literatura específica sobre o tema produzida no âmbito do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal). Busca-se, assim, resgatar o percurso desde o ingresso do debate sobre os problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos na agenda internacional, bem como evidenciar as pressões e disputas ideológicas exercidas por atores internacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Ciespal; Informe MacBride; ONU; Políticas de Comunicação; Unesco.

Introdução

O fenômeno da expansão capitalista e a preocupação com a questão do desenvolvimento econômico têm mobilizado a comunidade internacional desde o início do século XX (SALLES, 2012), seja em razão do interesse pelo alargamento das fronteiras de produção e consumo, seja pela inquietação quanto às consequências dos programas de consolidação desse modelo de produção e acumulação de capital. Com isso, diferentes perspectivas de interpretar e produzir modelos de desenvolvimento têm estado na arena de disputa internacional, estimuladas por diferentes atores internacionais e permeadas de distintos objetivos programáticos. Os organismos internacionais, como

¹ Trabalho apresentado no o GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Este artigo evidencia parte dos resultados da Tese de Doutorado intitulada *Políticas regionais para produção de conteúdos digitais: a centralidade das indústrias culturais e da propriedade intelectual na agenda da Unasul*, desenvolvida pelo primeiro autor do artigo, André Luís Lourenço, sob a orientação do segundo autor, Prof. Dr. Juliano Maurício de Carvalho, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação – Área de Concentração em Comunicação Midiática, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru. A pesquisa contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

³ Bacharel em Jornalismo e Licenciado em Ciências Sociais. Mestre e Doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp-Bauru). Pesquisador do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (LECOTEC). É Consultor Pedagógico para o Ensino Superior no Senac-SP. E-mail: andrelourenco.jornalista@gmail.com.

⁴ Livre-docente e doutor em Comunicação, vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação do Curso de Doutorado em Mídia e Tecnologia e docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp. Pesquisador-líder do Lecotec (Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade). E-mail: juliano.mauricio@unesp.br.

aqueles advindos da criação do Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), ganharam destaque no processo de elaboração e difusão de modelos de desenvolvimento, influenciados por uma série de atores, interesses e contextos.

O surgimento de diferentes perspectivas de desenvolvimento foi acompanhado por transformações importantes no campo das tecnologias da informação e da comunicação, que determinaram cenários, consequências e características tanto no sistema de produção quanto no processo de interação social e produção de bens simbólicos (SCHRAMM, 1967, 1969; ISLAS, 2005). Isso produziu distintas perspectivas de se interpretar o fenômeno e o papel que deveriam exercer os veículos de comunicação para o processo de desenvolvimento econômico, gerando tanto a atenção de organismos internacionais para os problemas da comunicação, quanto o surgimento de outros organismos cujos focos se centraram nos estudos e proposições de atuação dos meios de comunicação, por meio de sistemas de regulação e fomento à produção midiática nos âmbitos local, regional e internacional.

Entre essas diferentes perspectivas de pensar o desenvolvimento destaca-se a proposta da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), surgida no âmbito da ONU, que representou um conjunto de estratégias e acordos de regulação das relações econômicas, sociais, culturais e políticas que tem se estabelecido entre sistemas, hemisférios e países do mundo. A NOEI teve grande influência do estruturalismo latino-americano elaborado na década de 1960 e 1970 pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) e forte engajamento dos países subdesenvolvidos no âmbito da ONU. Basicamente, a NOEI se referia a um conjunto de diretivas e estratégias para o desenvolvimento autônomo do chamado Terceiro Mundo, por meio da libertação cultural dos povos e da produção e utilização de tecnologias para eliminação da fome, miséria e do subdesenvolvimento (GARCÍA, 1980). Esse conjunto de estratégias e acordos de regulação das relações econômicas, sociais, culturais e políticas pavimentou o caminho para a concepção do Informe MacBride –traduzido à língua portuguesa com o título “Um Mundo, muitas vozes” (MACBRIDE, 1980) –, que formalizaria as teses e propostas para uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

Nesse contexto, este artigo propõe a reconstrução histórica dos encontros e debates internacionais que permitiram a criação da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação (UNESCO, 1976b), no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), cujo relatório final de estudo e

proposição ficaria conhecido como Informe MacBride (1980). Para isso, utilizando Pesquisa e Análise Documental (MOREIRA, 2012; CELLARD, 2008), como método e técnica, recorre-se a atas e informes da ONU e da Unesco ao longo da década de 1970, além da literatura específica sobre o tema produzida no âmbito do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (Ciespal). Portanto, não se trata de discutir os conteúdos, perspectivas e orientações consolidadas no âmbito do Informe Macbride (1980), mas de resgatar e evidenciar o percurso desde o ingresso do debate sobre os problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos na agenda internacional, bem como as pressões enfrentadas e as disputas ideológicas e discursivas registradas ao longo do caminho.

O ingresso do debate sobre os problemas da comunicação na agenda internacional

Apesar de a questão da Comunicação já estar presente na pauta sobre desenvolvimento nos primeiros anos da ONU e da Unesco, o debate acerca dos problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos teria sido iniciado propriamente, segundo Jurado Vargas (2009), a partir da 16ª Conferência Geral da Unesco, realizada em 1970. Na oportunidade, a temática da comunicação seria tratada com mais profundidade, gerando uma série de resoluções e recomendações⁵ que poderiam ser resumidas em três eixos: “livre circulação de informações e intercâmbios internacionais”, “informação” (qualidade), e “informação pública e fomento à cooperação internacional” (UNESCO, 1970a, p. 64).

A respeito da “livre circulação de informações e intercâmbios internacionais”, a Conferência aprovou a necessidade de os Estados promoverem a mais ampla circulação de “*materiales de carácter educativo, científico y cultural*”, com intensificação do apoio das “*organizaciones internacionales competentes para la adopción de medidas que faciliten la circulación de estos materiales*” (UNESCO, 1970a, p. 58). Isso demandaria, por exemplo, ações dos organismos multilaterais nos âmbitos mundial e regional. Jurado Vargas (2009) explica que a diretiva incluiria tanto políticas de incentivo à produção e à circulação de materiais editoriais, quanto o fortalecimento da estrutura tecnológica da

⁵ Evidentemente, outras temáticas foram tratadas na Conferência, como a promoção de políticas científicas conjuntas entre os países membros, o fomento à atividade docente e a emergência de diretrizes para fomento à produção e à documentação de arquivos e livros (UNESCO, 1970a); porém, o relevante para este estudo é o fato de a Comunicação ter sido tratada especificamente no âmbito do debate internacional e voltada aos interesses de promoção do desenvolvimento.

informação e da comunicação. Também ficaria mencionada a necessidade de debate acerca de questões relativas ao Direito de Autor, em cooperação com a ONU e a União Internacional de Telecomunicações (UIT) (UNESCO, 1970a, p. 60).

Em relação à qualidade da informação, as conclusões da Conferência indicariam a necessidade de fomento ao desenvolvimento dos serviços nacionais de informação, bem como à formação de especialistas e pesquisadores no setor. A Conferência ainda colocaria especial atenção à cooperação entre institutos de informação e investigação no setor (UNESCO, 1970a, p. 61). Nesse sentido, Jurado Vargas (2009, p. 89) destaca que se acordaram, portanto, a necessidade de desenvolvimento de estudos sobre a influência da informação na sociedade; o incentivo ao desenvolvimento e à adoção de códigos deontológicos de produção de informações; o estímulo ao desenvolvimento científico da área e ao intercâmbio científico, relativos ao estudo dos meios de comunicação. Também foi sugerida a criação de agências e de serviços nacionais de informação que pudessem produzir conteúdos alternativos aos veiculados pelas empresas transnacionais de informação, assim como a promoção da formação de comunicadores especializados.

Em relação ao eixo “informação pública e fomento à cooperação internacional”, a Conferência estabeleceu a necessidade de os Estados produzirem legislações que regulassem a utilização dos meios de informação quanto à propaganda em favor do racismo, guerra ou qualquer representação de ódio (UNESCO, 1970a, p. 61). Na oportunidade da 16ª Conferência Geral da Unesco, Jurado Vargas (2009) destaca ter surgido a demanda pela produção de parâmetros legislativos que pudessem orientar os diferentes Estados quanto ao desenvolvimento de políticas de comunicação capazes de combater a problemática da distribuição desigual dos meios de comunicação. Nesse sentido, frisou-se a necessidade de organização de sistemas de comunicação mais equilibrados de intercâmbio de informações, respeitando e fomentando a identidade cultural dos povos, individualmente, e das regiões – a partir de políticas que pudessem atuar nas estruturas da comunicação dos países, sobretudo periféricos.

Essas temáticas acerca dos problemas da Comunicação e da necessidade de Políticas Nacionais de Comunicação reverberariam, em 1972, por ocasião da “Reunión de Expertos sobre Políticas y Planeamiento de la Comunicación”, realizada em Paris. De acordo com o Informe Final da Reunião (UNESCO, 1973), a comunicação passaria a ser considerada, no âmbito da Unesco, como elemento indispensável para a melhoria da qualidade de vida das diferentes sociedades, sob a óptica da produtividade, da expressão

peçoal, bem como de suas necessidades e vínculos sociais. Nesse sentido, nos países menos industrializados, a tarefa seria aumentar a participação da população na discussão de temáticas econômicas e nacionais e melhorar os conhecimentos técnicos e práticos.

Num cenário de ampliação da presença dos meios de comunicação, as Políticas de Comunicação ganhariam destaque e teriam de considerar uma série de variáveis decorrentes da crescente relevância e capacidade de impacto social e em relação aos modelos de desenvolvimento. Entre essas variáveis estariam conflitos relativos aos limites do público e do privado – como liberdade de expressão em confronto com a privacidade; a livre iniciativa em confronto com a diversidade das mídias; liberdade de imprensa em confronto com livre iniciativa; a necessidade de comunicação para o desenvolvimento em confronto com as perspectivas comerciais (livre iniciativa); entre outros dilemas (UNESCO, 1973).

A centralidade das Políticas Nacionais de Comunicação no debate internacional

Schenkel (1981) explica que o campo de análise de políticas de comunicação teria ganhado destaque a partir de um movimento articulado entre as concertações internacionais e os esforços interpretativos das Ciências da Comunicação. Isso representaria um movimento de revisão do conceito de Políticas de Comunicação. De uma perspectiva que se resumia à atenção aos meios tradicionais e seus conteúdos, com baixa interferência do Estado na livre iniciativa, iniciava-se um movimento de expansão do conceito que abarcava outros aspectos direta ou indiretamente relacionados com os problemas da comunicação.

[...] incluye el sistema de las telecomunicaciones, el flujo de noticias y el trabajo de publicidad, los modernos métodos de la informática, el mundo editorial, la labor periodística, la investigación de la comunicación y la formación de los periodistas, sin olvidar la comunicación institucional e interpersonal y toda la infraestructura legal que regula las variadas actividades de comunicación. Todo esto conforma el sistema de comunicación de un país. (SCHENKEL, 1981, p. 16).

O autor destaca que o desafio da conformação de Políticas Nacionais de Comunicação estaria no fato de que sua ajuda representaria uma possibilidade de conformação de condições de reorientar todo o sistema de comunicação de um país, no sentido da satisfação das necessidades do desenvolvimento nacional – mas numa perspectiva distanciada das premissas difusionistas das primeiras estratégias para o

desenvolvimento da ONU (ONU, 1961). Conforme García (1980, p. 260), o debate em torno das políticas de comunicação estaria assentado sob a teorização e conceituação de duas perspectivas antagônicas de sistema de comunicação social: um orientado ideologicamente para a preservação e a expansão do modelo de subdesenvolvimento autossustentado e articulado conforme a lógica e natureza da economia de mercado, com a transnacionalização da estrutura de classes, da organização política e da cultura; e o outro modelo relacionado à ciência social crítica, com perspectiva de transformação e de desenvolvimento. Assim, o pano de fundo de toda a discussão se assentaria em um dilema histórico: “*comunicación para la dependencia o para el desarrollo*”.

De acordo com Jurado Vargas (2009), a temática das políticas nacionais de comunicação seguiria em destaque nas Conferências Gerais da Unesco. Na 18ª Conferência Geral da Unesco, em 1974 (UNESCO, 1974), seriam planejados a realização de uma Conferência Intergovernamental Latino-Americana, em 1975 – mas que ocorreria em 1976 –, e um evento similar para 1977, no continente asiático. Ambas oportunidades teriam caráter regional e tratariam de questões relativas à problemática da Comunicação e, por isso, não envolveriam ou vinculariam em suas deliberações as posições defendidas pelos países desenvolvidos (UNESCO, 1974). No plano latino-americano, a Conferência Intergovernamental foi precedida da reunião de especialistas intitulada “*Planificación y las Políticas Nacionales de Comunicación*”, realizada na cidade de Bogotá, em 1974.

De acordo com Schenkel (1981), a definição sobre Políticas Nacionais de Comunicação (PNC) é difícil, principalmente em razão de a Comunicação estar presente em diversos setores. E, nesse sentido, haveria de contemplar os interesses e desafios de todo o contexto. Para o autor, PNC se refere a um conjunto integrado, explícito e duradouro, de políticas parciais de comunicação harmonizadas com um corpo coerente de princípios e normas que pretendem guiar a conduta das instituições especializadas no manejo do processo geral de comunicação de um determinado país.

[...] son aquellas que fijan los lineamientos respecto a los temas fundamentales como entre otros a) la asignación de recursos para el desarrollo de la comunicación, b) el papel del Estado como promotor de procesos de comunicación y su interrelación con el sector privado, c) los derechos y libertades que deben gobernar la esfera de la comunicación, d) el empleo de las modernas tecnologías de comunicación así como e) la defensa de los valores nacionales y de la diversidad política y cultural que deben caracterizar a los procesos de comunicación. (SCHENKEL, 1981, p. 18).

Segundo Jurado Vargas (2009, p. 92), resumidamente, as Políticas Nacionais de Comunicação precisariam contemplar três aspectos, em especial: a) necessidade de pluralismo e democracia na comunicação. Isso significa que as Políticas de Comunicação precisariam ser elaboradas considerando a inclusão dos diversos setores e categorias envolvidos no campo da comunicação; b) protagonismo do Estado como agente de fomento do debate e integração dos interesses dos diversos setores envolvidos, com o objetivo de construção da integração nacional e satisfação das demandas sociais; c) integração regional, uma vez que a organização de políticas conjuntas entre os países da região teria potencial de proporcionar ações e conformar mercados capazes de fazer frente às forças internacionais de comunicação, tanto simbolicamente quanto economicamente, proporcionando um adequado desenvolvimento regional.

Entretanto, as conclusões e propostas emergidas da reunião seriam observadas com suspeita tanto pelo Instituto Internacional de Imprensa⁶ quanto pela Sociedade Interamericana de Imprensa⁷ – entidades representativas e vinculadas a grandes empresas midiáticas do continente americano, e com sede nos Estados Unidos da América (EUA). Para Jurado Vargas (2009), esse posicionamento contrário das entidades internacionais de Imprensa se deveria ao entendimento resultante da reunião de especialistas, que considerou a concentração da possibilidade de emissão e recepção de informação como elemento nocivo ao processo de desenvolvimento, ainda mais quando da submissão dos sistemas nacionais de comunicação aos interesses não alinhados à região. As entidades representativas da imprensa dos países industrializados argumentavam que as diretrizes propostas das Políticas Nacionais de Comunicação produziram a “estatização da informação”, gerando riscos à liberdade de imprensa e de expressão.

Porém, esses questionamentos seriam desconstruídos nas arenas da Unesco nos encontros de especialistas de 1975, em San José de Costa Rica e em Quito, Equador, com o apoio do Ciespal, do Centro de Estudios Democráticos de América Latina (Cedal) e da Fundação Friedrich Ebert. Contra esse contexto, as resoluções da reunião dos especialistas indicariam a necessidade de institucionalização de Políticas Nacionais de

⁶ O Instituto Internacional de Imprensa é uma rede global de editores, executivos de mídia e jornalistas. Em seu *site* oficial, a entidade afirma que sua missão é defender a liberdade de imprensa e o fluxo livre de notícias. Disponível em <https://ipi.media/>. Acessado em 11 out. 2020.

⁷ A Sociedade Interamericana de Imprensa é uma organização sem fins lucrativos, surgida em 1926 nos Estados Unidos, cujos objetivos são a defesa da liberdade de expressão, de imprensa, do aumento da qualidade técnica dos profissionais da Imprensa, bem como dos princípios básicos de uma sociedade livre e da liberdade individual. Disponível em <https://pt.sipiapa.org/contenidos/asip-y-su-historia.html>. Acessado em 11 out. 2020.

Comunicação como instrumentos capazes de proporcionar a participação democrática na construção de condições para o desenvolvimento (JURADO VARGAS, 2009).

Já da reunião realizada em Quito (Equador) – “Reunión de Experto sobre Promoción e Intercambio de Noticias” –, surge um novo campo de debate na preparação da “Conferencia Intergubernamental sobre Política de Comunicación en América Latina y el Caribe de 1976” (GARCÍA, 1980, p. 269). Isso porque o debate teria focado na natureza e nos efeitos da transnacionalização do comércio de notícias e na necessidade de organização de agências multinacionais de informação, “*como condición inmediata de cualquier acción destinada a modificar o aminorar las relaciones de dependencia en este campo explosivo de la comunicación social*”. Desse debate surgiriam apontamentos importantes no que tange à definição de Políticas Nacionais de Comunicação Social:

a. la de sugerir a la Conferencia Intergubernamental sobre políticas de comunicación que “de la más alta prioridad a la necesidad de dejar explícitas las políticas nacionales de comunicación, en lo que concierne a flujo internacional de la información, en sus respectivos países”; b. la de reiterar la necesidad de crear... una agencia noticiosa latinoamericana y del Caribe; c. la de subrayar la necesidad de que los gobiernos participantes protejan a dicha agencia regional frente a la competencia de las agencias extra-regionales, valiéndose de recursos como las tantas preferenciales o el establecimiento de porcentajes para su utilización por los medios de América Latina; y d. la de recomendar a los gobiernos que promuevan, dentro de sus políticas nacionales de comunicación, el más expedito establecimiento de agencias de noticias nacionales, especialmente públicas, las que posteriormente constituirán la agencia latinoamericana. (GARCÍA, 1980, pp. 269-270).

Assim, aponta Jurado Vargas (2009), emergiria a perspectiva segundo a qual haveria a necessidade de que as Políticas Nacionais de Comunicação previsses medidas para limitar a participação estrangeira nos veículos de comunicação e para equilibrar a importação massiva de materiais de comunicação, assim como medidas para fomentar a produção de bens simbólicos e culturais midiáticos no âmbito latino-americano.

García (1980) aponta que as reuniões de especialistas realizadas em Bogotá/Colômbia (1974), São José/Costa Rica (1975) e Quito/Equador (1975), promovidas pela Unesco, e que antecederiam a Conferência Intergovernamental organizada pela Unesco, em 1976, definiriam as bases conceituais e ideológicas de uma Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC) para a América Latina, baseada nos preceitos da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

La manera de enfocar la situación interna de las comunicaciones en Latinoamérica, caracterizada por la aguda concentración de las oportunidades de emisión y recepción de mensajes en manos de intereses privados minoritarios y adversos a esos cambios sociales que constituyen el pre-requisito del desarrollo nacional; 2. La percepción de la situación externa de la comunicación como indebidamente sometida a la influencia dominante de intereses económicos y políticos de los Estados Unidos; 3. La concepción de que las políticas nacionales de comunicación podrán ser un instrumento capaz de remediar o modificar estas situaciones favorables, si expresan – de manera democrática y pluralista – la participación de los diversos sectores vinculados a los medios de comunicación (propietarios, profesionales, funcionarios, etc., representados en probables Consejos Nacionales de políticas de Comunicación; 4. La asignación al Estado de un papel conductor en la implantación de políticas nacionales de comunicación dentro del esquema liberal de conciliación de intereses; 5. El reconocimiento de la necesidad de que los países latinoamericanos adopten políticas conjuntas en relación con las transnacionales de la información. (GARCÍA, 1980, p. 268).

Assim, a partir da Conferência Intergovernamental de 1976, em San José da Costa Rica, sob o título de “Primera Conferencia Intergubernamental sobre Políticas Nacionales de Comunicación en América Latina”, os cientistas da comunicação consolidariam o entendimento de que poderia haver uma nova era da comunicação social em favor do desenvolvimento integral das sociedades, acompanhando as transformações sustentadas pela NOEI. García (1980) destaca que o Informe Final da Reunião de San José de Costa Rica teria apresentado recomendações aos governos latino-americanos em quatro direções: a) necessidade de formulação e estabelecimento de políticas no sentido da instituição de programas de desenvolvimento orientados para a transformação social; b) inclusão da eliminação das relações de dependência que afetariam a maioria dos países da América Latina entre os objetivos específicos das políticas nacionais; c) eliminação da concentração da propriedade dos meios de comunicação de massa, por meio da ação de regulação do Estado; d) necessidade de ajustamento das funções da comunicação social em relação aos objetivos de desenvolvimento integral nacional.

A oposição internacional à NOMIC e às Políticas Nacionais de Comunicação

Jurado Vargas (2009) aponta que teria se construído um clima de tensão em torno da realização da Conferência Intergovernamental de San José, em 1976. Mais do que isso: duas fortes entidades internacionais de radiodifusão e de imprensa, a Associação

Internacional de Radiodifusão⁸ (AIR) e a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP – também em espanhol), teriam criado um Comitê para “Defesa Interamericana de Informação”. Os comunicados emitidos pelo Comitê seriam reproduzidos na maioria dos veículos afiliados aos organismos na América Latina, principalmente por meio do tradicional jornal estadunidense *The New York Times* e pelas agências internacionais de notícias Associated Press⁹ (AP) e United Press International¹⁰ (UPI). O conteúdo dessas reproduções afirmava que os documentos e as deliberações emergidos e aprovados desde a Reunião de Especialistas de Bogotá (1974) seriam opostos aos objetivos da Constituição da Unesco e, portanto, contrários à normalidade do direito internacional. Jurado Vargas (2009) também assinala que os conteúdos veiculados apontavam que o Ciespal buscava reformular a radiodifusão latino-americana, configurando-a em padrões socialistas. Assim, os organismos internacionais representantes dos proprietários dos veículos de comunicação e imprensa americanos acusariam a perda da legitimidade da Unesco como “*foro internacional para la discusión de los problemas de la comunicación, argumento que unos años más tarde adoptaría los Estados Unidos para tratar de justificar su separación de este organismo*” (JURADO VARGAS, 2009, p. 93).

A oposição das entidades de radiodifusão e imprensa denotaria três aspectos:

a. la primera, el apoyo de las transnacionales informativas en la SIP, con el objeto de impedir – desde adentro de las sociedades latinoamericanas – la formación de una estructura informativa autónoma; b. la segunda, la alianza política entre las transnacionales y la poderosa oligarquía latinoamericana que controla la propiedad sobre los medios de comunicación social y comparte los beneficios económicos del consumismo; y c. la tercera, la inexistencia de un adecuado contexto político (como el existente en algunas regiones africanas) para hacer posible la instrumentación práctica del proyecto de nueva estructura informativa latinoamericana, con la envergadura y la independencia necesaria para cumplir los dos objetivos de mayor alcance: el de promover y estimular las estrategias de desarrollo global de los países latinoamericanos y de sus empresas y estructuras multinacionales; y el de iniciar – en la práctica – la creación del Nuevo Orden Internacional Informativo de la América Latina. (GARCÍA, 1980, pp. 270-271).

⁸ A Associação Internacional de Radiodifusão (AIR) refere-se a uma organização internacional, surgida em 1946, que agrupa operadores privados de rádio e televisão de diferentes países e regiões, cujos objetivos são empreender a defesa do livre fluxo informativo e da livre concorrência, bem como a defesa dos interesses dos operadores privados de radiodifusão. Disponível em <http://www.airiab.com/es>. Acessado em 11 out. 2020.

⁹ A Associated Press (AP) se refere a uma agência de notícias criada em 1846, na cidade de Nova York (EUA), a partir do financiamento de cinco periódicos da localidade. A agência encontra-se, atualmente, em atividade em 263 locais em 100 países. Disponível em <https://www.ap.org/es/sobre-nosotros/nuestra-historia/>. Acessado em 11 out. 2020.

¹⁰ A United Press International (UPI) é uma agência de notícias internacional fundada em 1907 e em atividade. Atualmente está sediada em duas cidades estadunidenses: Washington (DF) e Boca Raton, Florida. Disponível em <https://www.upi.com/>. Acessado em 11 out. 2020.

Importante salientar que, apesar das críticas dos órgãos internacionais ligados à perspectiva do livre fluxo de informações e do livre mercado, medidas semelhantes já existiam nos Estados Unidos e em países europeus – o que sugere que a oposição às perspectivas da NOMIC era motivada pelo intento de dominação e não pela defesa das premissas do liberalismo econômico (JURADO VARGAS, 2009).

A Declaração de San José e a pavimentação dos caminhos para a Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação

Em que pesem as distorções acerca das formulações dos encontros de especialistas desde Bogotá, e as pressões midiáticas a que foram submetidos os representantes dos governos participantes, a Conferência Intergovernamental de Costa Rica foi finalizada com a adoção de uma declaração favorável à formulação de Políticas Nacionais de Comunicação, a Declaração de San José (UNESCO, 1976a), que afirmava:

[...] la necesidad humana de comunicarse existe en todo tiempo, lugar y formas de organización social, a partir de la cual, y con ayuda de la ciencia y la tecnología, se han desarrollado medios de comunicación masivos, los cuales forman parte de los recursos de la sociedad y de su patrimonio científico; y que por tanto, tales medios deben servir para salir del aislamiento en que se encuentran grandes sectores de la población haciendo un uso pacífico y benéfico de ellos para el conjunto de la sociedad (JURADO VARGAS, 2009, p. 94).

Neste contexto, Jurado Vargas (2009, p. 95) afirma que caberia aos Estados a responsabilidade de “estimular, apoiar, promover e difundir” o uso dos bens simbólicos da comunidade com o objetivo de empreender seu desenvolvimento integral. Para tanto, tornar-se-ia necessário o estabelecimento de planos e programas para ampliação da utilização positiva dos meios de comunicação como ferramenta das políticas de desenvolvimento nacional, baseadas nas realidades locais e respeitando os princípios de liberdade de expressão, direitos humanos, além da soberania de cada estado.

Para Jurado Vargas (2009) poder-se-ia resumir as considerações e diretrizes que compõem a Declaração de San José, de 1976, a respeito da formulação de políticas de comunicação no contexto das políticas de desenvolvimento em 10 asserções. A primeira se refere ao reconhecimento da necessidade de circulação equilibrada de informação no âmbito internacional; e que a garantia acerca dessa circulação estaria no estabelecimento de dispositivos legais a nível nacional. A segunda partiria do princípio acerca da emergência de estruturação de sistemas de comunicação complementários ao de caráter

comercial, bem como a ampliação da participação dos diferentes setores sociais no processo de comunicação. Outra diretriz (terceira) defenderia o reconhecimento do direito à livre circulação de comunicação e informação. Neste contexto, também surgiria (quarta) a necessidade de reconhecimento do “direito à comunicação” como princípio derivado do direito universal à livre expressão do pensamento, bem como seus aspectos de acesso e participação no âmbito da esfera pública. Ainda no campo dos direitos (quinta), as diretrizes apontariam para a necessidade de continuidade aos esforços para constituição de uma regulação internacional do “direito à réplica”.

Conforme Jurado Vargas (2009), a sexta diretiva se referiria ao entendimento segundo o qual seria prerrogativa dos Estados a formulação de políticas e planos nacionais no campo da comunicação social, elaboradas a partir do reconhecimento das peculiaridades de cada país. A sétima formulação diria respeito à necessidade de criação de Conselhos Nacionais de Comunicação; ainda nesse sentido (oitava asserção), haveria a necessidade de criação de uma “agência regional de notícias” ou ainda um consórcio regional de agências nacionais de notícias.

O investimento em pesquisa também estaria previsto como necessidade na Declaração de San José, de 1976; no documento constaria a premissa de que o efeito da comunicação social nos processos regionais de integração precisaria ser estudado com mais profundidade, de forma a subsidiar a melhoria das condições de cooperação. Por fim, a décima diretriz, estaria exposta a premissa segundo a qual aos Estados caberia a responsabilidade de coordenar as novas políticas nacionais, levando em consideração o contexto da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI).

[...] la Declaración de la Conferencia Intergubernamental de San José de 1976 no se agotó en subrayar la necesidad de ampliar la participación del Estado y de los diversos sectores sociales para gestionar la comunicación social o masiva, así como sus medios y tecnologías a través de políticas públicas, entendidas como meros cursos de acción para atender los asuntos de interés general que posicionan en las agendas de gobierno – con mayor o menor fuerza – los distintos actores nacionales e internacionales que inciden en ellas, sino que prefiguró, basado en una pretensión de justicia en las relaciones entre el Norte y el Sur, un propósito mucho más ambicioso: el establecimiento de un orden, basado en derechos, que reclamaba del poder estatal una mediación política que permita racionalizar la gestión de los problemas sociales de la comunicación en consonancia con los planteamientos del Nuevo Orden Económico Internacional. En ese sentido, esta declaración recoge y al mismo tiempo proyecta la demanda por un nuevo orden de la comunicación tanto en el ámbito nacional como en el internacional. (JURADO VARGAS, 2009, p. 96).

De acordo com Jurado Vargas (2009), a Declaração de San José¹¹ ainda influenciaria os debates empreendidos na 19ª Conferência Geral da Unesco, realizada no final do mesmo ano. Na oportunidade seria aprovada a criação da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação (UNESCO, 1976b), viabilizada a partir de 1977, e que ficaria responsável pelo desenvolvimento de estudo sobre os problemas da comunicação, considerando os progressos tecnológicos e a evolução da complexidade das sociedades mundiais. A intenção era que esse estudo representasse uma das estratégias para a contribuição da Unesco ao estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional, em conformidade com as Resoluções aprovadas nas Assembleias gerais da ONU ocorridas em 1974¹², assim como atendia à Resolução nº 12.1 da 18ª Conferência Geral da Unesco, que indicava a necessidade de o organismo empreender contribuição “plena e total” ao estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) (UNESCO, 1974). Resultado dos trabalhos da Comissão Internacional sobre Problemas da Comunicação, o relatório final de estudo e proposição ficaria conhecido como Informe MacBride (1980), que seria traduzido para a língua portuguesa com o título “Um mundo, muitas vozes”.

Considerações finais

Uma série de apontamentos são possíveis a partir da observação da construção histórica do ingresso do debate sobre os problemas da Comunicação e sua relação com o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos na agenda internacional, que culminaria na elaboração de um dos documentos mais relevantes sob o ponto de vista das Políticas de Comunicação e das tentativas de transformação dos sistemas de comunicação no mundo – o Informe MacBride (1980). Apesar disso, objetivamente, nesta oportunidade, destacam-se três deles.

O primeiro é o próprio ingresso paulatino das temáticas e perspectivas acerca dos problemas da comunicação e a construção das possibilidades da comunicação para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Trata-se de perspectiva de vanguarda em

¹¹ A Conferência Intergovernamental que culminaria na elaboração da Declaração de San José realizou-se entre os dias 12 e 21 de julho de 1976; já a 19ª Conferência Geral da Unesco ocorreria entre os dias 26 e 30 de novembro de 1976, em Nairóbi, na República do Quênia.

¹² Resoluções nº 3201 (S-VI) e nº 3202 (S-VI), que contêm a Declaração e o Programa de Ação sobre o estabelecimento da Nova Ordem Econômica Internacional; resolução nº 3281 (XXIX), que contêm a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados.

um contexto pós-guerra, polarizado entre duas potências internacionais que espraiavam suas influências por meio de diferentes organismos e pelo financiamento de iniciativas.

O segundo apontamento se refere ao amadurecimento do conceito de Políticas Nacionais de Comunicação, mediante as contribuições acadêmicas e dos debates nas arenas internacionais, com participação de diferentes instituições e atores dos Estados e das sociedades civis. Esse amadurecimento, concomitante com a construção de uma proposta de regulação das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os países, a Nova Ordem Econômica Internacional, representou a consolidação de uma estratégia real para a superação das causas e das consequências do subdesenvolvimento, que tinha nos sistemas de comunicação, ao mesmo tempo, um suporte e mecanismo para a transformação da qualidade de vida e a promoção da soberania.

E, por fim, cabe ressaltar a constante pressão internacional no sentido contrário à construção dessa proposta de regulação das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre os países, baseada e apoiada na transformação dos sistemas de comunicação social. Orquestrada por entidades internacionais ligadas aos sistemas convencionais de comunicação, às grandes corporações transnacionais e aos Estados desenvolvidos, essa pressão buscou o solapamento das propostas mais progressistas e decoloniais da comunicação no mundo. Sobreleva-se, portanto, a partir desse resgate histórico, o caráter vanguardista do Informe MacBride (1980).

REFERÊNCIAS

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

GARCÍA, A. **Comunicación para la dependencia o para el desarrollo**. Colección Intiyan. Quito-Ecuador: Ciespal, 1980.

ISLAS, O. Sociedad de la Información, Sociedad de la Ubicuidad. In: ISLAS, O. **Internet y la Sociedad de la Información** (Tomo I). Quito, Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2005.

JURADO VARGAS, R. **Reconstrucción de la demanda por el derecho humano a la comunicación**. Quito, Ecuador: Editorial Quipus/Ciespal, 2009.

MacBRIDE, Seán; International Commission for the Study of Communication Problems. **Many Voices, One World: Towards a New, More Just, and More Efficient World Information and Communication Order**. London: Kogan Page; New York: Unipub; Paris: Unesco, 1980. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000040066>.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J. & BARROS, A. (orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS (ONU). Resolución ONU-AG nº 1710 (XVI), de 19 de diciembre de 1961. **Decenio de las Naciones Unidas para el Desarrollo. Programa de cooperación económica internacional**. Disponível em: [https://undocs.org/es/A/RES/1710\(XVI\)](https://undocs.org/es/A/RES/1710(XVI)). Acesso em: 11 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General, 16ª reunión**, París, 12 de octubre-14 de noviembre de 1970, v. 1: Resoluciones. 1970. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114046_spa. Acesso em: 11 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). Informe de la Reunión de Expertos sobre políticas y Planeamiento de la Comunicación. **Revista Chasqui**, n. 02, Quito, Ecuador: Ciespal, 1973.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General, 18ª reunión**, París, 17 de octubre-23 de noviembre de 1974, v. 1: Resoluciones. 1974. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114046_spa. Acesso em: 11 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Declaración de San José, adoptada por la Conferencia Intergubernamental sobre las Políticas de la Comunicación em América Latina**, San José de Costa Rica, julio de 1976. 1976a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000047638_spa. Acesso em: 11 out. 2020.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA (UNESCO). **Actas de la Conferencia General, 19ª reunión**, Nairobi, 26 de octubre-30 de noviembre de 1976, v. 1: Resoluciones. 1976b. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114038_spa. Acesso em: 11 out. 2020.

SALLES, M. M. **O regionalismo desenvolvimentista sul-americano frente ao sistema multilateral de comércio**: uma análise jurídica do *policy space* pelas organizações de integração regional da América do Sul. 2012. Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-19032014-100919/pt-br.php>. Acesso em: 11 out. 2020.

SCHENKEL, P. Introducción. In: SCHENKEL, P. (org.). **Políticas nacionales de comunicación**. Quito: Ciespal, 1981. Disponível em: https://biblio.flacsoandes.edu.ec/shared/biblio_view.php?bibid=126278&tab=opac. Acesso em: 11 out. 2020.

SCHRAMM, W. L. El desarrollo de las comunicaciones y el proceso de desarrollo. In: PYE, L. W. (comp.). **Evolución política y comunciación de masas**. Buenos Aires: Troquel, 1969. Disponível em: https://www.infoamerica.org/documentos_pdf/schramm_01.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

SCHRAMM, W. L. **El papel de lá información en el desarrollo nacional**. Traducción y edición de Ciespal. Quito, Ecuador: Ciespal, 1967.